

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: XBR00016

Data: 19.07.77

Pg.: 13

# Desmatamento ilícito envolve Funai

**ELIANA LUCENA**  
enviada especial

A devastação da maior reserva de madeira de lei do Sul do País, localizada na área indígena de Ibirama, Santa Catarina, começou a ser investigada pela Polícia Federal. Estão implicados na derrubada ilegal da madeira o chefe do posto indígena, Ary Teixeira Martins, já afastado da Funai na semana passada, a própria delegação do órgão em Curitiba e firmas madeireiras de Ibirama que já derrubaram cerca de 40 por cento das árvores nobres ali existentes. Os índios xokleng, kaigang e guarani de Ibirama, que no início do mês decidiram embargar a saída de qualquer madeira da área indígena, agora estão divididos. Os principais líderes da comunidade acusam diretamente a Funai pela espoliação do seu patrimônio, enquanto parte representativa do grupo acusa os próprios chefes indígenas de terem comercializado ilegalmente a madeira, criando um clima de tensão e de intranquilidade.

Paralelamente ao trabalho da Polícia Federal, a Funai nomeou um interventor para o posto Ibirama, Carlos Marinho, e já deslocou uma comissão especial de Brasília que fará uma ampla sindicância não só em Ibirama, mas também nos demais postos subordinados à 4ª delegacia do órgão, dirigida por Francisco Brasileiro. Ele está sendo acusado de omissão em seu trabalho, bem como de estar beneficiando diretamente a madeireira Marchetti, que disputa com outras firmas locais, a retirada de madeira do posto indígena.

De acordo com estimativa feita pelos próprios madeireiros,

o valor total da reserva, ainda intocada, chega a 150 milhões de cruzeiros. Ali são encontradas essências vegetais com alto valor de comercialização, principalmente canela, peroba, cedro e sassafrás. Não há em todo o restante do país, segundo eles, uma reserva tão grande, daí o interesse das firmas madeireiras na sua exploração.

### "CEMITÉRIO DE CHEFES"

O problema de madeira em Ibirama tem sido responsável pela troca constante de chefes de posto na área, onze deles já passaram por lá, desde a criação da Funai. Ontem, o último chefe nomeado Valter Stozek, mesmo antes de assumir o cargo, pediu o seu afastamento, afirmando estar totalmente pessimista quanto a uma solução satisfatória para a questão. Segundo os próprios funcionários da Funai, o posto Ibirama esta-se transformando num "cemitério de chefes", pois eles sofrem não só a pressão dos madeireiros, mas dos próprios índios que agora querem emancipar-se, livrando-se da tutela da Funai. A tribo acha, segundo palavras do capitão (chefe) Aristides Kriri, que "a Funai já passou muito mel na boca da gente para poder explorar a nossa terra e o índio nunca viu o dinheiro que a Funai obteve com a venda da madeira".

Para se entender o problema que ocorre em Ibirama é preciso lembrar que a retirada da madeira vem sendo feita há muitos anos e a própria Funai fazia vistas grossas diante da devastação, pois a sua comercialização gerava recursos para o patrimônio indígena. Em junho de 1975, a exploração ilegal da madeira chegou a tal ponto que a Funai com o apoio da Polícia Federal, decidiu apreender a madeira

derrubada pela firma Marchetti, além dos caminhões e motosserras da firma.

### LICITAÇÃO

No ano passado, o órgão decidiu promover licitação para o aproveitamento da madeira desvitalizada apreendida, e duas firmas disputaram o contrato com a Funai: a Alamo — ironicamente também ligada a Manoel Marchetti — e a Jost Madeireira. Venceu a Jost, mas o presidente da Funai anulou a licitação, pois a delegacia regional não havia cumprido um dos dispositivos legais, de "promover a ampla publicidade da concorrência".

Em seguida, foi feita nova licitação para o mesmo lote de madeira, no total de 1.394 metros cúbicos, composta da seguinte forma: 76 por cento de canela, 24 por cento de peroba, cedro e pau-de-óleo de óleo e outras árvores. Ganhou novamente a Jost, que iniciou os trabalhos. Ocorre que, para levar os caminhões até a área onde estava a madeira, a Jost abriu uma estrada na mata e ainda aproveitou a madeira verde abatida.

Este fato teria gerado a grande revolta da tribo, mas o técnico agrícola Maucin Fantin prefere acreditar que os índios denunciaram a retirada da madeira verde e abertura da estrada — não prevista no contrato — em represália à Funai. Segundo o funcionário da Funai, os índios estavam promovendo a derrubada e a comercialização ilegal de madeira em outro ponto da reserva. Quando Faucin decidiu impedir a continuação dessa exploração os índios voltaram-se contra a madeireira, impedindo a continuação

dos trabalhos. A mesma versão é defendida pelos dirigentes da Jost.

### ESPIONAGEM

Este quadro demonstra o quanto é controversa a situação em Ibirama, que tem lances de uma verdadeira história policial. Os madeireiros promovem constantes espionagens na reserva indígena, utilizando "olheiros", e qualquer visitante pode ser surpreendido, na chegada, por um funcionário da Funai, armado de espingarda. Todos acusam a todos. O funcionário despedido na semana passada, Ary Teixeira Martins, conforme notícias em Ibirama, vai trabalhar com os Marquetti. Antes de ser afastado, Ary morava num apartamento de propriedade da firma madeireira, não pagando aluguel, segundo se comenta.

Já a posição da comunidade indígena diante da questão da madeira é muito mais complexa do que se pensava quando começou a ser divulgado o problema em Ibirama. Num ponto apenas todos os índios concordam: eles querem a emancipação da Funai, pois hoje em dia têm a consciência de que foram explorados todos esses anos.

O cacique Voia Paté afirma que, ao contrário do que pensa a Funai, os índios não estão sendo instigados por madeireiros e outras pessoas interessadas na exploração do seu patrimônio, quando reivindicam a emancipação.

"Foi o próprio governo que nos deu escola — afirma — e com o estudo nós fomos compreendendo que temos sido muito ex-

plorados pela Funai. Temos hoje em dia plena consciência do preço da madeira no mercado e o índio nunca viu nenhum benefício com a sua venda". O índio Ed Prepá completa: "Agora o índio enxergou o futuro e não queremos mais que a Funai explore a nossa mata. Por que eles não vão arrancar as árvores lá da Amazônia? Nós agora estamos abraçando o que ainda temos de madeira e mesmo assim ainda conseguimos tirar nossa riqueza".

### OUTRA FACÇÃO

Para a pessoa que conhece pouco o problema de Ibirama, esta explicação dos índios parece esclarecer tudo. Ocorre que uma outra facção do grupo, que ontem apresentou ao interventor na área, Carlos Marinho, um abaixo-assinado com 60 nomes apoiando o trabalho que a Funai pretende executar na área, tem idéias próprias.

Oswaldo Pereira, mestiço e Antonio Popo, índio xokleng, acusam o cacique e o capitão de "fazer trapaça", usar de "safadeza".

"O próprio filho do capitão tem retirado madeira — acusam. E eles sempre viveram com muita fartura em casa, enquanto o resto dos índios enfrentavam a maior pobreza. Explorando a madeira, eles deixaram de fazer roças, vivendo só com o dinheiro da madeira".

"Nós também queremos a emancipação — diz Antonio Popo — pois já fomos muito ex-

plorados pelos madeireiros e pela Funai. A Funai, eu acho, quer fazer as coisas direito, mas tem muito funcionário que faz as coisas errado. Acho que, se o próprio índio ficasse responsável pela reserva tudo seria melhor. Mas não precisa brigar com a Funai, ela pode até ficar orientando a gente depois da emancipação".

### DOCUMENTO

Os índios querem, com a libertação da tutela, dividir a reserva de Ibirama em lotes registrados no nome de cada índio. Eles argumentam que a terra ali não pertence à União, tendo sido doada aos antigos "botocudos", como eles eram chamados, pelo Estado. Mas o documento por eles apresentado estabelece a doação em nome do antigo Serviço de Proteção ao Índio, depois transformado em Funai, invalidando a intenção dos xokleng, guarani e kaicang.

A comissão de sindicância da Funai, que chegou ontem a Curitiba, conta com um antropólogo que deverá estudar a situação na área. Da sindicância, bem como do processo aberto pela Polícia Federal em Florianópolis, poderá resultar, e isso parece já certo, segundo se comenta em Brasília e no Sul, o afastamento do delegado regional da Funai, Francisco Brasileiro, que, mesmo conseguindo sair ileso das acusações de corrupção, dificilmente escapará da denúncia de omissão.